

Introdução

Sei que conto com o apoio dos senhores e das senhoras parlamentares, legítimos representantes do povo neste Congresso Nacional. Sei que conto com o apoio do meu querido vice-presidente Michel Temer, parceiro de todas as horas. Sei que conto com o esforço dos homens e mulheres do Judiciário. Sei que conto com o forte apoio da minha base aliada, de cada liderança partidária de nossa base e com os ministros e as ministras que estarão, a partir de hoje, trabalhando ao meu lado pelo Brasil.¹

Dilma Rousseff

Sabemos que as mulheres ainda são minoria em cargos de gerenciamento e chefia nas grandes organizações² e que essa falta de representatividade aparece também na política, em que elas ocupam poucos espaços no Congresso, no Senado e na Câmara. Mas, apesar disso, em 2010 uma mulher conseguiu vencer as eleições presidenciais e passou a ocupar o posto mais alto do Poder Executivo. Esse alcance histórico do feminismo na política refletiu na sociedade? E mais, a sociedade estava preparada para ter uma mulher no poder? Queria ser governada por ela?

Em qualquer sociedade, por mais evoluída que seja, persistem vieses inconscientes³ que moldam a percepção e a aceitação de tudo aquilo visto como novo, diferente, que foge à construção tradicional do que é visto como certo e aceito. Esses conjuntos de estereótipos funcionam como um banco de dados, que faz com que cada pessoa forme uma concepção pessoal sobre tudo que a cerca, seu ambiente de interações.

¹ Discurso de abertura do segundo mandato de Dilma Rousseff. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480013-INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF-NO-CONGRESSO.html>>. Acesso em: 08 mai. 2017

² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-estao-em-apenas-37-dos-cargos-de-chefia-nas-empresas-21013908>>. Acesso em: 02 ago. 2017. Mais dados sobre mulheres na política serão apresentados no segundo capítulo deste trabalho.

³ Estudo sobre impacto dos vieses inconscientes. Disponível em: <http://movimentomulher360.com.br/wpcontent/uploads/2016/12/Vieses_inconscientes_16_digital.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

E, no Brasil, país tradicionalmente machista, em que as mulheres conquistaram direitos políticos, econômicos e sociais tardiamente⁴, os vieses inconscientes também se fizeram presentes na representação midiática de Dilma na presidência do país, a começar pela discussão da nomenclatura “presidenta”.

Desde que tomou posse, Dilma pediu para ser chamada com a flexão da palavra para o gênero feminino. A orientação não foi oficialmente seguida pelos meios de comunicação. Um exemplo são as revistas analisadas neste trabalho, *Veja* e *IstoÉ*, duas das mais importantes revistas do Brasil, que durante suas coberturas do processo de impeachment nunca se referiram a Dilma como presidenta. Em abril de 2012, foi publicada uma lei federal⁵ que passou a obrigar instituições de ensino públicas e privadas a expedir diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada ao designar a profissão e o grau obtido. Na prática, a lei não pegou.

Para essa dissertação, por respeito à personagem principal do estudo e por acreditar que a resistência à mudança do termo empregado é, também, um viés inconsciente, decidimos por usar o termo em seu gênero feminino. A mudança linguística também faz parte da luta pela igualdade de direitos entre mulheres e homens.

Dilma, a primeira mulher na presidência do Brasil, não terminou seu segundo mandato. Após 609 dias – um ano e oito meses –, em 31 de agosto de 2016, ela deixou a presidência da República com a conclusão do processo de seu impeachment⁶. O processo foi apresentado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal, e acolhido pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Para Dilma, Cunha e Michel Temer seriam os responsáveis pela sua deposição⁷. Mas como um governo consegue virar de ponta-cabeça em tão pouco tempo, a ponto de destituir uma presidenta eleita democraticamente? Como esse período foi retratado nas principais revistas de política do país? E o fator “mulher” esteve presente nessa cobertura?

⁴ Dados sobre o histórico dos direitos das mulheres no Brasil serão apresentados no segundo capítulo deste trabalho.

⁵ Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2012.

⁶ <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/08/31/Dilma-sofre-impeachment.-Temer-%C3%A9-o-novo-presidente-do-Brasil.-O-que-vem-agora>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

⁷ <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/cunha-foi-protagonista-do-impeachment-temer-foi-coadjuvante-diz-dilma>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

O presente trabalho pretende analisar a cobertura do processo de impeachment de Dilma feita pelas revistas *Veja* e *IstoÉ*, tendo como operador teórico a teoria do enquadramento (GOFFMAN, 1974; TUCHMAN, 1978; CARVALHO, 2009). Buscaremos possíveis enquadramentos machistas presentes nas reportagens. O período a ser analisado compreende seis meses do processo: da abertura na Câmara, em 2 de dezembro de 2015 à divulgação do relatório do Senado pedindo a votação do processo na Câmara dos Deputados, em 4 de maio de 2016. No período, foram analisadas 16 reportagens de *IstoÉ* e 11 de *Veja* (consideramos uma edição de *Veja* de 18 de maio de 2016, por ainda tratar do tema em sua capa e, assim, ter um escopo maior de trabalho com um número semelhante de edições em cada veículo).

A pesquisa divide-se em duas partes: representatividade feminina nas publicações e o que dizem sobre Dilma. Para a primeira, foram coletados dados como autoria das matérias, número de citações de mulheres e homens, antonomásias utilizadas para se referir à presidenta e as pessoas entrevistadas em cada reportagem. A segunda parte é a investigação da “personagem” Dilma, dividida em quatro temas que definem as linhas de “ataque” das publicações: inabilidade política, ineficiência na gestão, falta de carisma e descontrole emocional.

O trabalho não pretende discutir as questões políticas que envolveram o processo de impeachment, nem apontar culpados ou inocentes. O que se propõe aqui é uma reflexão para além dos partidos, da dicotomia esquerda *versus* direita, honestidade *versus* corrupção ou uma “carapuça” que sirva para dizer quem teve razão nesse já histórico processo que abalou o Brasil e mudou o rumo da política e da economia no país a partir de 2015.

A busca é por elementos que abordem a questão de gênero no enquadramento na imprensa brasileira, a representação da mulher na política a partir da cobertura feita por duas das mais importantes revistas semanais do Brasil. A abordagem de ambas as publicações usou o gênero como desqualificação da capacidade política de Dilma Rousseff? Ou o discurso adotado se preocupou com essa questão para que ela não interferisse nesse enquadramento das notícias?

As audiências não somente se informam pelos meios de comunicação, mas atribuem importância aos assuntos veiculados com base na importância que os *media* dão a eles. A via é de mão dupla. Os assuntos apresentados só são veiculados devido à atenção que o público dá a eles. E essa atenção é relativizada por uma agenda noticiosa das empresas de comunicação. A forma com que se fala pode revelar mais que a própria notícia apresentada.

Para entender o espaço da mulher na mídia, é preciso, antes de tudo, entender o espaço da mulher no mundo. Para isso, apresenta-se, na pesquisa, o histórico da luta feminista na sociedade, com suas fases – as chamadas “ondas” – e os objetivos para os quais lutavam. A primeira reivindicação das mulheres foi, justamente, a visibilidade. Desde o século XIX, as mulheres buscam seu espaço de fala em uma sociedade que as invisibiliza ao não enxergarem nelas a igualdade presente entre os homens, o tal “ser universal”⁸. A máxima de que “os homens são todos iguais perante a lei” cumpria seu destino ao enxergar como iguais apenas pessoas do sexo masculino. Eram eles que formulavam as leis, criavam máquinas, faziam descobertas, votavam e eram votados. A elas cabiam os afazeres domésticos e os cuidados com o lar. Ao não serem representadas, as mulheres também não eram ouvidas.

E, mesmo após tantos anos, tantas conquistas, direitos conquistados e reconhecidos, as mulheres ainda lutam por essa primeira reivindicação: terem seu espaço de fala. Um direito tão básico e, ao mesmo tempo, tão difícil de ser conquistado.

No capítulo “O jornalismo de revista e sua influência na pauta política brasileira”, vamos abordar os conceitos teóricos que envolvem a comunicação, mais especificamente a imprensa. Começamos abordando os diferentes conceitos de informação e discurso, em especial as perspectivas de Thompson, Mouillaud e Rodrigues, nos aproximando mais do discurso realizado pela mídia. Trazendo o enfoque para a mídia brasileira, abordamos as teorias de Patrick Charaudeau sobre acontecimento midiático e, chegando ao elemento central da pesquisa, utilizamos

⁸ O conceito do “ser universal”, oriundo do Iluminismo, é rebatido e explicado no segundo capítulo deste trabalho.

os operadores de análise da informação de Gaye Tuchman e as teorias de Traquina.

Para a análise teórica das revistas, escolhemos elencar as teorias que mais conversam com o estudo a ser realizado: a teoria do espelho, teoria do agendamento, teoria organizacional, *gatekeeper*, *newsmaking* e enquadramento (*news frame*). A partir desta última, levamos em frente a denominação “enquadramento noticioso” (“*newsframing*”), para identificar, assim, um tipo de enquadramento específico, a partir da análise somente de notícias, excluindo a análise de seções opinativas, como editoriais e colunas. Ainda nesse capítulo, vamos aprofundar a perspectiva de imprensa a partir do estudo das revistas semanais de informação.

No capítulo “Feminismo e representatividade da mulher na política e na imprensa”, trazemos as perspectivas feministas sobre a construção do imaginário social e político do país, e como o machismo está presente como uma dominação histórica na sociedade. A partir da análise de Virginia Wolf sobre a falta de representatividade das mulheres no poder, apresentamos o histórico da luta feminista e seus pontos de tensão. Trazemos o conceito de “homem universal” de Donna Haraway e como ele perpassa a vida política brasileira. Chegando na perspectiva brasileira sobre o tema, abordamos os estudos de Biroli e Miguel sobre a representatividade das brasileiras na vida política do país e como as leis estão atuando para aumentar essa participação.

Já no capítulo de análise da pesquisa, trazemos um histórico das revistas analisadas, levantando as mudanças de discurso ao longo suas publicações. Levantamos um histórico político de Dilma Rousseff, do início da carreira até o período escolhido para análise. Chegando aos dados coletados, optamos por dividir em duas partes: “representatividade feminina nas publicações” e “o que dizem sobre Dilma”. Na primeira parte, analisamos os dados absolutos de participação de jornalistas mulheres na cobertura do tema, o número de vezes em que mulheres foram citadas e como foram entrevistadas. Já na segunda parte, o foco da pesquisa é em uma análise do discurso apresentado nas matérias, tendo como base um possível enquadramento noticioso de perspectiva machista na abordagem do tema.

Independentemente do resultado aqui apresentado, seria presunçoso de nossa parte afirmar que uma série de notícias pode ter derrubado um governo. O que trazemos, aqui, é um ponto de análise da imprensa brasileira, dentre tantos outros possíveis. Traquina nos diz, a partir da formulação de Cohen sobre a eficácia de se estabelecer uma agenda de importância de determinado assunto na vida das pessoas: “os *media* podem muitas das vezes não ter êxito quando dizem às pessoas como pensar, mas são admiravelmente eficazes quando lhe dizem sobre o que pensar” (TRAQUINA, 2000).